



PROCERGS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

PROCERGS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2021



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: A administração da PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, bem como aos nossos usuários, fornecedores e demais entidades com as quais mantemos relações e a comunidade sul rio-grandense, as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. **A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO			
ATIVO	Nota Explicativa	2021	2020	PASSIVO	Nota Explicativa	2021	2020
CIRCULANTE		89.593.258,95	74.546.549,50	CIRCULANTE		107.580.830,37	108.793.236,38
DISPONIBILIDADES	4.a	24.001.434,83	15.756.494,43	FORNECEDORES	4.o	20.894.092,51	24.719.042,89
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		24.001.434,83	15.756.494,43	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.p	15.668.716,65	14.460.126,88
CRÉDITOS		52.182.292,70	48.945.523,06	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.q	10.683.019,79	10.684.241,26
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	50.017.886,65	47.948.906,52	ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	8	3.033.276,84	7.770.543,47
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(1.376.639,63)	(1.023.215,02)	PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		19.852.732,40	20.491.909,33
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.245.956,41	533.074,40	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	9	36.000.000,00	29.130.261,00
OUTROS CRÉDITOS	4.e	2.295.089,27	1.486.757,16	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.r	1.448.992,18	1.537.111,55
ESTOQUES		1.059.910,80	6.608.557,89				
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.f	39.247,59	137.179,92	NÃO CIRCULANTE		139.349.703,61	127.387.431,51
MATERIAIS INDIRETOS	4.f	542.405,46	548.769,40	FORNECEDORES	4.o	23.405.825,42	1.586.722,22
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.g	478.257,75	5.922.608,57	ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	8	21.495,10	1.076.067,57
				PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	9	38.580.973,85	47.347.523,90
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.h	12.349.620,62	3.235.974,12	BENS DE TERCEIROS	4.m	77.341.409,24	77.377.117,82
NÃO CIRCULANTE		143.770.792,89	120.114.194,83	TOTAL DO PASSIVO		246.930.533,98	236.180.667,89
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		49.057.897,76	25.946.732,79				
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS/JUDICIAIS	4.i	25.281.617,17	23.816.300,34	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.h	23.776.280,59	2.130.432,45	CAPITAL SOCIAL		115.319.287,84	115.319.287,84
INVESTIMENTOS	4.j	151.388,40	151.388,40	CAPITAL SUBSCRITO	7.a	115.319.287,84	115.319.287,84
IMOBILIZADO	4.k e 5	13.784.853,08	10.907.809,05	RESERVAS DE CAPITAL		7.863,68	7.863,68
INTANGÍVEL	4.l e 6	3.435.244,41	5.731.146,77	C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68
BENS DE TERCEIROS	4.m	77.341.409,24	77.377.117,82	PREJUÍZO ACUMULADO	7.b	(128.893.633,66)	(156.847.075,08)
TOTAL DO ATIVO		233.364.051,84	194.660.744,33	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(13.566.482,14)	(41.519.923,56)
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		233.364.051,84	194.660.744,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em Reais)

	Nota Explicativa	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		400.016.357,69	364.991.756,16
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(51.795.909,10)	(47.852.113,78)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		348.220.448,59	317.139.642,38
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(215.278.036,99)	(226.560.136,33)
LUCRO BRUTO		132.942.411,60	90.579.506,05
DESPESAS OPERACIONAIS		(102.606.341,20)	(79.543.448,12)
DESPESAS COM VENDAS		(7.579.732,95)	(6.942.947,02)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(96.319.112,81)	(73.854.400,65)
DESPESAS FINANCEIRAS		(728.511,34)	(489.498,33)
RECEITAS FINANCEIRAS		2.021.015,90	1.743.397,88
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		521.244,21	643.181,99
RESULTADO OPERACIONAL		30.857.314,61	11.679.239,92
OUTRAS RECEITAS		3.791,17	577,09
OUTRAS DESPESAS		(7.931,25)	(6.679,69)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		30.853.174,53	11.673.137,32
IMPOSTO DE RENDA	4.n	(1.648.291,20)	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4.n	(602.017,21)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.s	28.602.866,12	11.673.137,32
Lucro por lote de mil ações		54,57	22,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Período	28.602.866,12	11.673.137,32
Outros Resultados Abrangentes (N.E.11)	(649.424,70)	0,00
Resultado Abrangente do Período	27.953.441,42	11.673.137,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em Reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	NOTA EXPLICATIVA	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL			
SALDO EM 31/12/2019 (Reapresentado)	115.319.287,84	7.863,68		(168.520.212,40)	(53.193.060,88)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO				11.673.137,32	11.673.137,32
SALDO EM 31/12/2020	115.319.287,84	7.863,68		(156.847.075,08)	(41.519.923,56)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO				28.602.866,12	28.602.866,12
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR			11	(649.424,70)	(649.424,70)
SALDO EM 31/12/2021	115.319.287,84	7.863,68		(128.893.633,66)	(13.566.482,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua >>>

>>> Continuação

PROCERGS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

PROCERGS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2021



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A **PROCERGS** – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas, serviços estes, que representam aproximadamente 5,47% da receita total da Companhia.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009). As demonstrações financeiras foram apresentadas à diretoria e aprovadas para o exame pela auditoria em 24/02/2022 conforme PROA 22/0489-0000370-1.

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Abaixo quadro por segmento.

Grupo	2021	2020
Caixa	10.000,00	5.000,00
Depósitos Bancários a Vista	1.646.487,07	821.566,44
Depósitos Bancários – Caixinhas Setoriais	4.423,80	6.022,79
Titulos de Aplicações Financeiras	22.340.523,96	14.923.905,20
Total	24.001.434,83	15.756.494,43

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

Créditos em Aberto	2021		2020	
	Por Segmento de Mercado	Soma	Por Segmento de Mercado	Soma
Vencidos até 2017		350.106,49		518.690,23
- Administração Direta Vencidos a partir de 09/2016	55.105,12		76.520,90	
- Administração Indireta	107.957,89		139.182,07	
- Outros Mercados	105.987,70		221.931,48	
- Outros Poderes	81.055,78		81.055,78	
Vencidos em 2018		539.626,42		811.810,03
- Administração Direta	188.434,77		244.219,47	
- Administração Indireta	193.101,10		335.874,03	
- Outros Mercados	145.612,88		219.238,86	
- Outros Poderes	12.477,67		12.477,67	
Vencidos em 2019		2.143.626,30		2.272.497,84
- Administração Direta	677.650,59		752.845,40	
- Administração Indireta	1.214.615,21		1.233.008,70	
- Outros Mercados	222.597,43		257.880,67	
- Outros Poderes	28.763,07		28.763,07	
Vencidos em 2020		2.204.495,72		11.098.369,27
- Administração Direta	1.424.069,91		8.460.783,97	
- Administração Indireta	296.699,73		1.555.076,27	
- Outros Mercados	417.878,20		783.918,44	
- Outros Poderes	65.847,88		208.590,59	
Vencidos em 2021		4.536.934,53		33.247.539,15
- Administração Direta	2.506.201,65		16.369.981,48	
- Administração Indireta	784.056,07		15.003.686,69	
- Outros Mercados	1.095.480,45		818.906,76	
- Outros Poderes	151.196,36		1.054.964,22	
Vencidos em 2022		40.243.097,19		0,00
- Administração Direta	19.480.548,10			
- Administração Indireta	18.699.630,46			
- Outros Mercados	966.763,87			
- Outros Poderes	1.096.154,76			
Total		50.017.886,65		47.948.906,52

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a PROCERGS não seja controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, impostos a compensar e outros créditos, tais como: bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários, desconto em folha de pagamento.

Grupo	2021	2020
PASEP e COFINS a Compensar - LEI 10.637/02 E 10.833/03	648.790,53	632.974,36
Saldo Negativo IRPJ / CSLL	188.407,32	98.118,64
Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar IN28	57.987,54	31.977,48
ISSQN a Recuperar	22,36	2.681,02
PASEP e COFINS Retidos a Compensar	36.352,11	35.223,68
Bloqueio Judicial	932.244,70	331.710,44
Reembolso Funcionários Cedidos	383.438,48	301.024,85
Outros Créditos	47.846,23	53.046,69
Total	2.295.089,27	1.486.757,16

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição de cada item, inferior, portanto aos valores do mercado.

(g) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos não necessariamente referem-se aos apropriados dentro de uma determinada competência, podendo estar compostos por valores já reconhecidos em outros exercícios. Nos exercícios de 2019 e 2020 ficaram diferidos os valores de R\$ 5.584.139,08 e R\$ 5.922.608,57 respectivamente, referentes aos custos que não haviam receitas reconhecidas até o momento. Durante o exercício de 2021, foram levados a resultado Custos diferidos no próprio exercício pela realização da Receita e Custos de Exercícios Anteriores, restando R\$ 478.257,75 de custo diferido para os exercícios seguintes, que serão levados a resultado na proporcionalidade do reconhecimento da receita. Demonstrado no quadro abaixo:

Diferidos em Exercícios Anteriores		5.922.608,57
Valor Diferido em 2021	2.875.351,72	
Acréscimo ao Diferido, em 2021, de Exercícios Anteriores	2.088.746,31	
Total dos Valores Diferidos em 2021		4.964.098,03
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(7.598.498,83)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(2.809.950,02)	
Total Apropriado como Custo em 2021		(10.408.448,85)
Valor Diferido para Exercícios Futuros		478.257,75

(h) Despesas do Exercício Seguinte

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores, em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante e Não Circulante o valor total da operação, e a medida em que a despesa se realize, apropria proporcionalmente no resultado, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos, considerando os valores a ser apropriado até 31/12/2022 (Curto Prazo) e os valores a partir de janeiro/2023 (Longo Prazo).

Grupo	2021	2021	2020	2020
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Prêmios de Seguros a Apropriar	75.241,70	0,00	70.000,00	0,00
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	1.255.336,50	0,00	1.252.289,74	0,00
Vale Transporte a Apropriar	15.590,46	0,00	8.158,46	0,00
Licença de Uso Software/Manutenção a Apropriar	10.937.520,72	23.776.280,59	1.848.462,17	2.130.432,45
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	65.931,24	0,00	57.063,75	0,00
Total	12.349.620,62	23.776.280,59	3.235.974,12	2.130.432,45

(i) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices oficiais da Caixa Econômica Federal para depósitos judiciais da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(j) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(k) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

A Companhia realizou o "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC (01 e 27 e IT 10) em seus ativos Imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme laudo apresentado pela Empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, desenvolvido em conformidade com a NBC TG 01(R4) - Norma Brasileira de Contabilidade, que trata sobre redução ao valor recuperável de ativos, com o método utilizado de Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. Não foram identificadas possíveis perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando o provisionamento.

(l) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou o "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC (01 e 27 e IT 10) em seus ativos Intangíveis, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme laudo apresentado pela Empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, desenvolvido em conformidade com a NBC TG 01(R4) - Norma Brasileira de Contabilidade que trata da redução ao valor recuperável de ativos, com o método utilizado de Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. Não foram identificadas possíveis perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando o provisionamento.

(m) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que integram o patrimônio da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o novo Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(n) Apuração para Imposto de Renda e Contribuição Social

O regime de apuração adotado pela PROCERGS é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Após o cálculo das adições e exclusões, demonstrado em livro próprio, apurou-se o Lucro Real de R\$ 9.928.330,26. Foi descontado 30% do lucro real do exercício de R\$ 2.978.499,08 resultando uma base de cálculo no valor de R\$ 6.949.831,18.

A provisão anual do imposto de renda (IRPJ) totalizou o montante de R\$ 1.042.474,68 que somado ao adicional de 10% de R\$ 670.983,12 resultou no valor total de R\$ 1.713.457,80. A obrigação tributária do IRPJ foi reduzida dos valores legalmente permitidos (PAT e Prorrogação licença maternidade), resultando um valor já recolhido de R\$ 1.648.291,20, devidamente registrado no resultado do exercício. Devido aos valores recolhidos por estimativa durante o exercício de 2021 terem sido maior do que o apurado no encerramento do exercício restou um saldo a ser recuperado de R\$ 38.299,56, lançado no Ativo Circulante.

Em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), foi constituída uma provisão de R\$ 625.484,81. A obrigação tributária foi reduzida dos valores legalmente permitidos (Prorrogação licença maternidade), resultando um valor já recolhido de R\$ 602.017,21, devidamente registrado no resultado do exercício. Devido aos valores recolhidos por estimativa durante o exercício de 2021 terem sido maior do que o apurado no encerramento do exercício restou um saldo a ser recuperado de R\$ 13.389,18, lançado na conta contábil "Saldos Negativos de IRPJ e CSLL" no Ativo Circulante.

Apuração do IRPJ / CSLL	IRPJ	CSLL
(=) Lucro Real / Base de Cálculo	9.928.330,26	9.928.330,26
(-) Compensação Prejuízo Fiscal (Limite 30%)	(2.978.499,08)	(2.978.499,08)
(=) Base Comp. Prejuízo Fiscal / Base negativa	6.949.831,18	6.949.831,18
(=) Provisão para IRPJ / CSLL	1.713.457,80	625.484,81
(-) Dedução Incentivo Fiscal PAT 4%	(41.698,99)	0,00
(-) Prorrogação Licença Maternidade	(23.467,60)	(23.467,60)
(=) IRPJ / CSLL (DRE)	1.648.291,20	602.017,21
Pagamentos por estimativa	1.686.590,76	615.406,39
(=) IRPJ / CSLL A SER RECUPERADO	38.299,56	13.389,18

(o) Fornecedores

O saldo de fornecedores está subdividido em Fornecedores de Curto Prazo e Fornecedores de Longo Prazo. O valor com vencimento em Curto Prazo é de R\$ 20.894.092,51 sendo que neste está incluído R\$ 5.464.612,07 lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento, para obedecer o princípio da competência. Em Longo Prazo, o saldo de R\$ 23.405.825,42 refere-se a dois contratos (5635-00 Unisys e 5657-00 Teletex) em que os vencimentos ultrapassam de 31/12/2023.

(p) Obrigações Tributárias

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e também valores diferidos para o futuro referente a base de cálculo ainda não realizada, conforme a legislação. Os tributos Retidos na Fonte são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF de Funcionários retidos de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	2021	2020
ISSQN	32.040,03	37.569,33
PASEP	1.020.058,08	937.446,34
COFINS	4.704.673,48	4.320.624,49
ICMS / FUST / FUNTEL	410.524,14	388.682,70
CPRB INSS S/ROB (LEI 12.546)	3.614.350,19	3.266.899,51
IR Retido na Fonte	5.463.920,47	5.036.671,37
INSS Retido na Fonte	38.883,56	53.865,99
ISSQN Retido na Fonte	182.752,43	263.098,20
CSLL Retido na Fonte	43.336,37	33.391,18
COFINS Retido na Fonte	130.009,21	100.173,48
PASEP Retido na Fonte	28.168,69	21.704,29
Total	15.668.176,65	14.460.126,88

(q) Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, de valores advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões a pagar entre outros.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	2021	2020
Folha de pagamento	6.941.848,20	6.887.426,71
INSS	2.096.180,64	2.011.521,72
FGTS	1.370.728,60	1.702.884,42
Rescisões	209.648,36	16.187,20
PPR	32.719,72	32.907,09
SINDPPD / Imposto sindical / Dissídio	31.894,27	33.314,12
Total	10.683.019,79	10.684.241,26

(r) Outras Obrigações

Neste item registramos como consignações os valores gastos por funcionários com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius retido em folha de pagamento e repassado aos beneficiários.

Como Obrigações, é registrado as cauções de contratos recebidos pela Companhia, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de pequenas outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	2021	2020
Asprocergs	86.292,28	89.594,22
Procius (Parte funcionários)	369.407,83	389.954,23
Pensões Alimentícias	128.783,43	127.852,21
Caixa Econômica Federal – Empréstimos Consignação	16.833,67	24.883,44
Banrisul - Empréstimos Consignação	198.003,51	219.471,47
Banrisul - Cartão de Crédito Consignação	99.832,36	99.908,18
Total Consignações	899.153,08	951.663,75
Obrigações		
Procius (Parte empresa)	400.664,71	396.877,00
Cauções de Contratos	66.893,14	138.400,64
Estagiários	45.618,43	37.023,83
Outras Obrigações	36.662,82	13.146,33
Total Obrigações PROCERGS	549.839,10	585.447,80
Total do Grupo	1.448.992,18	1.537.111,55

(s) Resultado do Exercício

O resultado do exercício é apurado obedecendo ao princípio da competência. A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 400.016.357,69 apresentando um crescimento nominal de R\$ 35.024.601,53 (9,60%) em relação ao exercício de 2020. O Lucro Líquido do Exercício foi de R\$ 28.602.866,12.

(t) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

5. Imobilizado

	Saldo Líquido Inicial em 2021	Aquisição	Baixas	Depreciação do Exercício	Saldo Líquido Final em 2021	Taxa Anual
Terrenos	1.769.907,19	0,00	0,00	0,00	1.769.907,19	-- x --
Prédios	3.353.260,64	0,00	0,00	(192.343,17)	3.160.917,47	4%
Equipamentos de produção	3.639.123,53	6.422.401,03	(1.176.237,47)	(1.775.806,64)	7.109.480,45	40%
Equipamentos de Apoio	430.095,72	113.140,02	(45.204,10)	(116.598,69)	381.432,95	20%
Instalações/Outros	1.090.952,55	138.492,00	(211.672,64)	(34.405,55)	983.366,36	17% (1)
Beneficiárias Prédios Terceiros	624.469,42	15.380,00	0,00	(260.100,76)	379.748,66	20%
TOTAL	10.907.809,05	6.689.413,05	(1.433.114,21)	(2.379.254,81)	13.784.853,08	

>>> Continuação



**CENTRO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

PROCERGS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2021



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em Reais)

da dívida dentro das possibilidades reais da Companhia. Entre 2020 e 2021 foram celebrados 73 acordos. Deste total, foram liquidados 54, restando 19 acordos com parcelas a pagar, que totalizam R\$ 3.054.771,94. Este saldo está representado pelas rubricas "Acordos Trabalhistas a Pagar" no Passivo Circulante (R\$ 3.033.276,84) e no Passivo Não circulante (R\$ 21.495,10). Todos os processos em que ocorreu acordo entre as partes, foram lançados em contas específicas do Balanço, não fazendo mais parte de provisões e sim do Passivo Circulante e Não Circulante.

9. Provisões para Contingências Ações Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica, Assessoria de Compliance e Comissão Interna. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até 31/12/2021 e não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício, pois todos os valores estimados devem ser revistos a cada encerramento de exercício, como prevê a Norma Contábil. A análise foi feita em dados reais das ações trabalhistas existentes contra a Companhia, até 31/12/2021 movidas por empregados, ex-empregados e terceiros. Após a análise jurídica, os valores foram segregados em "Prováveis", "Possíveis" e "Remotos". Os valores considerados **"Prováveis"** somaram R\$ 74.580.973,85 que foram reconhecidos na sua totalidade no exercício, os **"Possíveis"** R\$ 445.412.039,41 que estão divulgados nesta nota explicativa e **"Remotos"** que não há obrigação legal de se mencionar em nota, conforme determina a Norma Contábil - NBC TG 25 (R2) - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" no reconhecimento da provisão, que destaca: "(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que faça-se necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Salienta-se o processo de número **0021506-62.2016.5.04.0025**, que figura na listagem de ações, com o pedido ajuizado em 28/09/2016, pelo SINDPPD/RS. Em 2021, com as devidas correções, o valor estimado passou para R\$ 431.112.246,00, classificada como **"Possível"**. Nesta ação, o SINDPPD/RS reivindica o adicional de periculosidade, para os funcionários da sede da PROCERGS, em decorrência da existência de tanques de combustíveis que alimentam os geradores da Companhia. Tanto o laudo pericial, como a sentença de 1º grau, foram no sentido de improcedência do pedido de periculosidade, eis que os tanques de óleo diesel acoplados aos geradores estão dentro dos limites das NR's 16 e 20. Desconsiderando totalmente o laudo pericial e os argumentos da sentença, o desembargador de 2º grau invocou o risco da verticalidade para conceder o referido adicional, o que no entender da Companhia está equivocado, pois os tanques propriamente ditos estão em área externa do prédio. A PROCERGS interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho tendo a Procuradoria-Geral assumido a defesa do processo, cujo recurso pende de julgamento.

Outras Ações, sendo em sua maioria classificadas como **"Prováveis"**:

Promoções por Antiquidade: Pedidos de diferenças salariais, com reflexos, decorrente da não implementação das promoções por antiquidade. O fato gerador originou-se após a Resolução de Diretoria 001 do ano de 1995, que suspendeu as promoções por antiguidade na Companhia. No exercício de 2015 foram retomadas tais promoções, visando cumprir o estabelecido no novo plano de cargos e salários de junho/2014. Este conjunto de ações possui, na sua maioria, sentenças procedentes, sendo que, parte delas, com trânsito em julgado e já em fase de execução. Ressalte-se que, em que pese sejam concedidas nas sentenças um número expressivo de avanço de níveis salariais, na prática, os mesmos não são efetivados integralmente, em decorrência de trancamentos no Plano de Cargos e Salários da época (último nível da classe ou final de carreira) e/ou por falta de requisito.

Desproporcionalidade da Tabela Salarial: Nulidade da alteração de carga horária, cujo fato gerador das ações originou-se no exercício de 1986, quando a carga horária dos funcionários de 44 horas semanais passou para 40 horas e dos funcionários de 36 horas semanais passou para 30 horas. Tal alteração gerou uma desproporcionalidade na tabela salarial, que foi alterada quando da implantação do novo plano de cargos e salários em junho/2014. Este conjunto de ações possui decisões transitadas em julgado em ambos os sentidos, ou seja, tanto favoráveis aos empregados, como improcedentes.

Desvio de função: Ações por desvio de função, decorrentes do reaproveitamento de pessoal. Visando a corrigir o desvio de função, a Companhia desenvolveu diversas ações no sentido de regularização do problema, mediante a reestruturação de áreas, atividades e transferência de funcionários, compatibilizando e adequando, assim, os serviços com os respectivos cargos.

Quadro totalizador das ações trabalhistas:

Nº de Ações	Distribuição Quanto à Origem	2021	2020
283	Promoções por Antiquidade	80.901.868,19	82.019.723,08
64	Outros Reclamantes e Pedidos	20.506.661,42	20.924.910,36
39	Terceiros – Responsabilidade Subsidiária	6.490.164,89	5.558.466,81
20	Desvio de Função	4.799.695,62	8.170.261,65
15	Desproporcionalidade da tabela salarial / Alteração de carga horária	2.898.025,40	7.578.993,56
1	SINDPPD/RS Periculosidade	431.112.246,00	335.575.601,67
422	Total	546.708.661,52	459.827.957,13

*Em "Outros" figuram principalmente pedidos referentes à: pensão por redução de capacidade laborativa, danos morais, danos materiais, redução de carga horária, incorporação de função gratificada, reconhecimento de acidente de trabalho, incorporação de horas extras, manutenção de plano de saúde para aposentado por invalidez, inclusão de dependente incapaz em plano de saúde.

Quadro da classificação das ações quanto a Prováveis, Possíveis e Remotas:

Possibilidades	2021	2020
Prováveis	74.580.973,85	76.429.151,13
Possíveis	445.412.039,41	349.885.190,54
Remotas	26.715.648,26	33.513.615,46
Total	546.708.661,52	459.827.957,13

JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL DIRETOR-PRESIDENTE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO CPF 849.483.377-49	KAREN MARIA GROSS LOPES DIRETORA DE SOLUÇÕES DIGITAIS CPF 533.611.990-34	JAIRO RENATO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA DIRETOR DE SISTEMAS TRANSACIONAIS CPF: 221.432.030-04	JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES CPF 290.548.260-53	CÉSAR AUGUSTO BERGAMASCHI FRANCESCHINA DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES CPF: 424.065.790-34	ANDRÉA GONÇALVES ALVES CONTADORA CRC-RS 076.011 CPF 658.564.810-20
---	--	--	--	--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Diretores e aos Acionistas da
PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Porto Alegre - RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12, que divulga que a Companhia apresentou Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$ 13.566.482,14 justificado pelos Prejuízos Acumulados em suas operações, no montante de R\$ 128.893.633,66 e apresentou também, excesso de passivos sobre os ativos circulantes no valor de R\$ 17.987.571,42 no encerramento do exercício.

A Companhia apresentou resultados positivos mensais e ao final do exercício apresentou um Lucro Contábil de R\$ 28.602.866,12 devido as ações de gestão e redução de custos e despesas como encerramento de Regionais do interior e principalmente pelo aumento da Receita em relação a 2020. O resultado proporcionou a reversão de grande parte do Patrimônio Líquido Negativo que existia em 2020, que foi reduzido para R\$ 13.566.482,14. Com os resultados esperados para 2022 e aumento de Capital Social, espera reverter totalmente o PL Negativo, já no primeiro mês de 2022. Em 10 de janeiro de 2022 os acionistas da Companhia autorizaram o aumento do Capital Social, com aporte do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 87.900.000,00. Este aporte fará frente ao plano de investimentos da Companhia, previstos até 2023. Assim, o Capital Social passará para R\$ 203.219.287,84 após as integrações que se darão em 28 de janeiro de 2022 R\$ 14.000.000,00, já integralizado, em 31 de março de 2022 R\$ 9.700.000,00, em 31 de agosto de 2022 R\$ 40.400.000,00, 28 de janeiro de 2023 R\$ 9.800.000,00 e em 31 de agosto de 2023 R\$ 14.000.000,00. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nada temos a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança responsabilidade pela supervisão da Companhia são aqueles do processo de elaboração com das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social; tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e, com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS em 31 de dezembro de 2021. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 11 de março de 2022.

Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro
Conselheiro Fiscal

Izabel Christina Cotta Matte
Conselheira Fiscal

Ronaldo Santini
Conselheiro Fiscal



São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER
MACIEL DE OLIVEIRA: 90238435091
Dados: 2022.03.03 15:59:26 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/0-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

JORG E LU IZ
MENEZES
CEREJA: 36012440049

Assinado de forma digital por JORGE LUIZ
MENEZES CEREJA: 36012440049
DN: c=BR,o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF
A3, ou=(EM BRANCO), ou=OI 579286000174,
ou=presencial, cn=JORGE LUIZ MENEZES
CEREJA: 36012440049
Dados: 2022.03.03 17:18:37 -03'00'

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/0
Sócio Responsável Técnico

PROTOCOLO DE ASSINATURAS JORNAL DO COMÉRCIO

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://www.jornaldocomercio.com/edicao/jornal/jcomercio/2022/03/16/1514/issue9369.pdf>

Para verificar a autenticidade do documento acima acesse o site do ITI, ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação do certificado digital:

<https://verificador.it.gov.br/verifier-2.7/>

Selecione o PDF baixado e clique em verificar conformidade:

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

VERIFICADOR DE CONFORMIDADE

Arquivo de assinatura (recomenda-se os formatos .p7s, .xml, .pdf):

SELECIONAR ASSINATURA

VERIFICAR CONFORMIDADE

O documento foi assinado digitalmente pela Empresa Jornalística JC Jarros CNPJ 92.785.989/0001-04 com certificado digital reconhecido pelo ICP Brasil.

